



A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Adriana Aparecida Rodrigues¹

RESUMO: Por intermédio de um levantamento bibliográfico o presente estudo tem por objetivo investigar as finalidades da Educação Infantil na sociedade contemporânea. Para dar conta deste propósito, em um primeiro momento foi feita uma análise histórica sobre a Educação Infantil e suas funções sociais historicamente assumidas, para então compreendê-la no contexto atual. Partimos do pressuposto de que não dá para analisá-la fora das relações produtivas humanas, das quais ela sofre influências diretas e com as quais interage e reage permanentemente. Essa investigação nos permitiu verificar seus diferentes conceitos e funções assumidas ao longo da história, possibilitando o entendimento de como a Educação Infantil tornou-se a primeira etapa da Educação Básica. Para finalizar, também apontamos suas funções atuais e seus objetivos didático-pedagógicos, elaborados em torno do cuidar e educar, bem como os impasses ainda existentes para assegurar-se o desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil, História da Educação, Cuidar e Educar.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil passou por grandes transformações para se constituir atualmente como a primeira etapa da Educação Básica, com princípios e diretrizes voltados para a educação integral da criança. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), nas últimas décadas “[...] os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar” (BRASIL, 1998, p. 23). Essas funções também são defendidas por educadores e pesquisadores que investigam a infância e suas necessidades.

Nossa inquietação foi no sentido de compreender as causas das transformações na estrutura e nas funções da Educação Infantil, bem como analisar suas atuais finalidades. Acreditamos ser indispensável relacionar estes aspectos educacionais com o processo de

¹ Graduada em Pedagogia (2011) e História (2015). Especialista em Fundamentos Teórico e Metodológico da Educação Infantil, Educação Especial (2013), Didática e Tecnologia com Ênfase no Ensino Básico e Superior (2017) e Educação: Métodos de Ensino (2018). Mestre em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (2015). Email: drikarodrigues66@hotmail.com.

produção e reprodução da vida concreta, no qual se delineiam necessidades e tentativas de solução dos problemas existentes.

Sua importância reside na contribuição que pode oferecer aos educadores, pois seu intuito é promover a compressão histórica da Educação Infantil, elucidando suas funções para o desenvolvimento da criança, bem como suas relações com o contexto atual da sociedade. Esperamos que esses estudos também auxiliem na valorização desta etapa educacional, que se constitui, a nosso ver, numa base sólida para o desenvolvimento da criança.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O desenvolvimento histórico da Educação Infantil e sua normalização legal

A “[...] criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico” (BRASIL, 1998, p. 21). Por constituir-se num ser histórico, ela acaba sendo afetada pelo contexto em que nasce, cresce e se desenvolve.

O próprio conceito de infância nem sempre foi como está estabelecido atualmente, ele sofre as influências das transformações históricas. A infância como conhecemos atualmente é uma construção social, que foi concebida em meio às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ao longo dos anos. A esse respeito, é importante elucidar que,

A infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade o de um tempo a outro. Algumas sociedades admitem o trabalho pesado. Outras sociedades ficam chocadas com esse tipo de violação da inocência e vulnerabilidade infantis. Para algumas sociedades as crianças deveriam ser felizes. Para outras, embora não defendendo infância infeliz, essa preocupação parece estranha. Algumas sociedades admitem que grande parte das crianças pequenas morrerá, e tendo em vista esse fato organizam sua relação com a infância, incluindo a forma como discutem a morte com as crianças. Outras trabalham arduamente para prevenir a morte de crianças. Algumas sociedades acham os bebês encantadores, outras comparam-nos aos animais. Algumas sociedades aplicam rotineiramente disciplina física nas crianças, outras ficam chocadas com isso [...]. Algumas sociedades admitem que a infância termina por volta da puberdade [...] Outras sociedades, no entanto, caracterizam a idade adulta muito mais tarde e criam categorias como a adolescência, especificamente para insistir que as pessoas pós-púberes são ainda crianças de alguma forma. A lista de variações e mudanças das características básicas da infância é imensa. (STEARNS, 2006, p. 12).

Nesse sentido, evidenciamos que, a infância é uma construção social, que está relacionada aos acontecimentos em curso na sociedade, sendo que o surgimento e desenvolvimento da Educação Infantil ao longo dos anos está associado a representação da infância na sociedade. Todavia, analisar a trajetória histórica da representação da infância não é a temática em questão abordada nesse estudo.

Na interpretação de Kuhlmann Jr (1998), é inegável que o conceito de criança era distinto do atual, o que nos leva a concluir que a valorização da infância nem sempre existiu como hoje. Se a infância não era valorizada, como era a educação dessas crianças?

Craidy e Kaercher (2001) relatam que a educação destinada à criança foi considerada por muito tempo de responsabilidade das famílias ou do grupo social que a mesma pertencia, ocorrendo por meio de transmissão assistemática, no lar, ou nas poucas escolas. Porém, é importante ressaltar que o ensino existente não era destinado apenas às crianças, não havia separação de faixa etária, apenas a diferenciação de classes sociais. Por um bom período na história, nenhuma instituição era destinada propriamente à criança. Podemos afirmar, portanto, que a Educação Infantil como conhecemos atualmente, é um fato recente.

O surgimento da escola e do pensamento pedagógico moderno entre os séculos XVI e XVII, em meio ao processo de transição da sociedade feudal para a capitalista, esteve relacionado à criação das primeiras instituições de Educação Infantil.

A escola, muito parecida com a que conhecemos hoje, organizou-se porque ocorreu um conjunto de possibilidades: a sociedade na Europa mudou muito com a descoberta de novas terras, com o surgimento de novos mercados e com o desenvolvimento científico, mas também com a invenção da imprensa, que permitiu que muitos tivessem acesso à leitura (da Bíblia, principalmente). A Igreja teve um papel importante na alfabetização e, em virtude das disputas religiosas entre católicos e protestantes, os dois lados se esforçaram para garantir que os seus fiéis tivessem um mínimo domínio da leitura e da escrita. É preciso lembrar que, com a implantação da sociedade industrial, também passaram a ser feitas novas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 14).

O sentimento de infância se desenvolvia em meio a essas alterações que ocorriam para suprir as necessidades humanas, levando à criação de espaços para sua educação. Os pequeninos se tornavam o centro das atenções, por sua graça e ingenuidade, o que gerou aquilo que foi chamado de “paparicação” (ARIÈS, 2006). Ela provocou no final do século XVI e início do século XVII diversas reações críticas, como as de Montaigne (1533-1592), que se exasperou com tal sentimento nessa etapa inicial da vida, pois seria prejudicial para a fase adulta.

Os moralistas propuseram então “[...] a educação e a moralização dos pequeninos, com o objetivo de torná-los, mais tarde, pessoas honradas e homens racionais” (FARIA, 1997, p. 12). Coube assim à família e aos colégios essa tarefa moralizadora, sendo comuns no início do séc. XVII os castigos corporais e o uso do chicote.

[...] a concepção de natureza frágil da criança era compartilhada pela sociedade “tradicional”, que considerava a natureza dos garotos originariamente corrompida, cabendo à educação disciplinar e inculcar regras, através da ação direta do adulto e da permanente transmissão de modelos (FARIA, 1997, p. 13).

As primeiras instituições destinadas à infância foram criadas para atender às necessidades básicas de saúde, de higiene e de alimentação das crianças pobres, maltratadas ou abandonadas. Não havia a proposta de estimulação, de desenvolvimento de potencialidades de todas essas crianças, que é o que se espera de uma instituição de Educação Infantil atualmente.

Essa característica assistencial está relacionada ao início do trabalho materno nesse período, a partir da Revolução Industrial². As mães não tinham aonde deixar os pequenos e até os filhos maiores trabalhavam, por isso a preocupação com as crianças menores. A situação nas cidades era subumana, pois não havia saneamento nem higiene nas casas, a jornada de trabalho era intensa e o local de trabalho não garantia condições dignas, conforme relata Engels (1985).

Mesmo após a liberação das crianças do trabalho fabril, em virtude das crises de superprodução, o problema social se agravou, pois estas ficavam nas ruas e as pequenas sem as mães, que trabalhavam. Elas ficaram inicialmente em casas comuns, mas posteriormente o Estado passou a se esforçar para que as crianças pobres tivessem acesso à escola gratuita, pois os ricos dispunham de escolas religiosas e particulares. É importante destacar que essas instituições de ensino então criadas tinham um caráter assistencialista, filantrópico e caritativo. Não tinham propostas educativas, mas quando educavam, era para a subordinação e não a emancipação (KUHLMANN JR, 1998, p. 73).

² “A Revolução Industrial consistiu num conjunto de mudanças tecnológicas profundas na economia, que transformaram a humanidade a partir do século XIX”. A máquina suplantou o trabalho humano, impondo “uma nova relação entre o trabalho e o capital”, e provocou “grandes modificações econômicas, políticas e sociais”. O trabalho artesanal cedia espaço ao trabalho assalariado nas fábricas, “o que significou uma profunda transformação nas relações de trabalho, diretamente vinculadas ao capital. A Revolução Industrial levou a uma ruptura da velha ordem e possibilitou a consagração da ordem burguesa”. O berço dessa revolução foi a Inglaterra, no final do séc. XVIII, favorecida pelo acúmulo de capitais, supremacia marítima, reservas minerais, uso capitalista da terra, ampliação dos empréstimos e o crescimento populacional (ORDONEZ; QUEVEDO, 1999, p. 126).

As transformações ocorridas a partir do início da sociedade capitalista, na Idade Moderna, geraram, portanto, além de mudanças na organização social, também mudanças no comportamento e nas relações entre as pessoas, como na organização familiar, que passou a ser unicelular composta por pai, mãe e filhos. Desenvolviam-se assim a percepção e o cuidado com as crianças e a infância passava a ser vista de maneira diferenciada da fase adulta.

Nesse contexto, temos também os Jardins de Infância. Historicamente, a literatura em particular traz que o Jardim de Infância é uma instituição unicamente pedagógica, pois desde sua origem teve preocupações com os cuidados das crianças. Entretanto, devemos destacar que, o primeiro Jardim de Infância, fundado em 1840 na Alemanha, por Friedrich Froebel, não tinha somente o objetivo de cuidar e educar, mas que a família cuidasse melhor. Para Froebel,

A educação em um primeiro momento deve apenas observar, deve refletir e esperar pelas crianças e suas demonstrações desta divindade, as crianças mais velhas devem ser observadas em seu trabalho, as mais novas em suas brincadeiras, só assim poderá se reconhecer as verdadeiras inclinações infantis. Por fim, Froebel discorre a respeito de algumas considerações particulares sobre: o cultivo do senso religioso, do conhecimento e do corpo, da natureza, memorização de poemas, exercícios de linguagem baseados na observação da natureza, desenho, cores e pintura, jogos, histórias e contos, excursões e caminhadas, aritmética, exercícios de gramática, escrita e leitura. (ARCE, 2002, p. 52).

Froebel defende uma educação prescritiva, pautada no desenvolvimento da criança, seguindo o princípio da “auto-atividade livre”, para que ocorra um autoconhecimento com liberdade pela criança. Assim, o jogo e o brinquedo é instrumento de autoconhecimento. Desse modo, nos Jardins de Infância a ação pedagógica deveria articular a utilização do jogo e da brincadeira no processo de formação da criança (ARCE, 2002). Apontamos que, o proposto de Froebel nos Jardim da Infância foi se expandindo, assumindo outras características ao longo dos anos, por um viés gradualmente laico e atendendo a classe alta.

Na interpretação de Abramowicz e Wajskop (1995), entre os séculos XVIII e XIX apareceram as primeiras instituições de educação destinada às crianças pequenas, estando localizadas inicialmente na França. Com essa breve análise histórica, constatamos que a preocupação com a educação da infância nasceu relacionada a um problema social, não propriamente com o intuito de promover condições educativas para que a criança se desenvolvesse plenamente. Tal cenário não foi diferente no Brasil.

Devido às peculiaridades de nossa história, marcada pela colonização européia e baseada no trabalho escravo, a preocupação com a educação do povo e da criança pequena

demoraria mais a se manifestar. Foi por pressão do capitalismo industrial europeu, no final do século XIX, que se elaboraram leis para a abolição, como a Lei do Ventre Livre, em 1871. Esta proporcionava a liberdade para as crianças nascidas a partir desta data, mas suas mães continuavam escravas. A solução, para muitas delas, foi deixar os filhos na “Roda dos Expostos”, que era um lugar para as crianças enjeitadas ou abandonadas.

Estas se instalaram junto às Santas Casas de Misericórdia no Brasil, inicialmente para amparar crianças cujas mães morressem ou adoecessem, sendo depois usadas pelas camadas populares, quando não conseguiam criar seus filhos (MELLO, 2001). A alta taxa de mortalidade levou ao fechamento dessas rodas e à criação de creches por médicos e mulheres burguesas. Estas foram marcadas por uma concepção higienista, levando Faria (1997, p. 16) a afirmar que, “[...] durante os sécs. XVIII e XIX, as iniciativas voltadas para a infância no Brasil são marcadas pelo caráter médico-sanitarista”. A Educação Infantil se tornaria necessária e conquistaria novos espaços a partir das necessidades criadas no processo de industrialização.

No Brasil, a década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das creches para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970. A partir desse período, as creches passaram a ser pensadas e reivindicadas como o lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos. E educar deixou de ser apenas cuidar, assistir e higienizar. A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade (ABRAMOWICZ; WAJSKOP, 1995, p. 10).

Nesse contexto é que a Constituição Federal de 1988, no capítulo III, destinado à educação, cultura e desporto, na seção I, da educação, estabeleceu no Art. 208, inciso IV, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Educação Infantil em creche e pré-escola, às crianças até cinco (05) de idade (BRASIL, 1988). Esse direito assegurado constitucionalmente levou à substituição do caráter assistencialista e de amparo à criança, tornando a Educação Infantil um direito da criança e um dever do Estado.

Tais direitos foram reafirmados em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é um conjunto de normas jurídicas cujo objetivo é proteger a integridade da criança e do adolescente (BRASIL, 1991). É importante ressaltar aqui que as leis referentes à criança e ao adolescente tinham até então um caráter restritivo, discriminatório e punitivo, como atesta o Código do Menor, que classificava as crianças entre as que estavam em situação regular (que viviam com os pais) e as do grupo irregular (sem situação familiar

definida). As instituições que se organizavam nos bairros pobres tinham um caráter mais preventivo que educativo. Os problemas de violência, gerados pelas desigualdades econômicas e sociais, levaram à defesa da necessidade de instituições que cuidassem dessas crianças para evitar a marginalidade. Cabe-nos aqui indagar o quanto superamos tal concepção.

Esse processo de defesa de direitos é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, que contribuiu de forma decisiva para a instalação no país de uma concepção de Educação Infantil relacionada ao sistema educacional, passando a considerá-la a primeira etapa da Educação Básica (CARNEIRO, 2003).

2.2 Funções da Educação Infantil

Com base nessas investigações, podemos dizer que a Educação Infantil passou a ser um direito da criança e a ter uma função específica no sistema educacional, garantidos nas determinações legais da Constituição, do ECA e da LDB 9394/96. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, ela deve funcionar “[...] em creches, pré-escolas, centros ou núcleos de Educação Infantil, como também em salas anexas às escolas de Ensino Fundamental que atendem crianças de 0 até 5 anos de idade” (BRASIL, 2006, p. 27). Quanto às instituições públicas de Educação Infantil situadas no Brasil, são gratuitas, as mesmas não têm caráter político ou religioso. Já as particulares ou comunitárias são mantidas por pessoas físicas e jurídicas.

O maior problema relacionado à Educação Infantil, porém, está na sua vinculação com a realidade social, que é marcada no capitalismo pela desigualdade social. Há conseqüentemente dificuldades para a implantação prática da norma legal. Os próprios Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil admitem isso de certa forma, ao afirmar que o Brasil é “[...] um país marcado por tantas diferenças”, em que “[...] o equilíbrio entre a preocupação com a igualdade e a preocupação com o respeito às diferenças nem sempre é fácil de alcançar”. Nesse documento, o “[...] desigual acesso à renda e aos programas sociais” está marcado pelos “diversos pertencimentos de classe, de etnia e de gênero, heranças históricas e culturais”, não pelas relações de produção capitalistas (BRASIL, 2006, p. 23).

Nesse cenário, a grande questão é como proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças. De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), deve ser oferecida nas

instituições de Educação Infantil uma educação de qualidade que advém de concepções de desenvolvimento, que tem com base a criança em seu contexto social, ambiental e cultural. Entretanto, se o objetivo é aplicar uma educação de qualidade, porque não proporcionar uma educação igual para todos, sem diferenciar os contextos sociais, ambientais e culturais? Acreditamos que, por mais que a criança esteja inserida em um contexto específico, ela tem o direito de receber uma educação integral, que vise proporcionar seu pleno desenvolvimento, não podendo estar limitada pelo seu contexto, muitas vezes excludente e culturalmente limitado. Além disso, ela deve superar o caráter assistencial e caritativo que historicamente lhe foi atribuído.

Kuhlmann Jr. (2003, p. 56) crítica o RCNEI porque suas “[...] propostas para as crianças menores subordinam-se ao que é pensado para as maiores, seguindo um atrelamento ao ensino fundamental”, ou seja, sua estrutura é direcionada à preparação para a próxima etapa. Cerisara (2003, p. 37) também pondera que “[...] o documento é ambíguo conceitualmente, oscilando entre a crítica a determinadas posições e a repetição do modelo”. Além disso, ele “[...] se diz flexível, mas não é. Apresenta uma suposta correspondência linear entre objetivo, atividade, conteúdo e avaliação que fica distante da prática” (CERISARA, 2003, p. 34).

A LDB 9.394/96 afirma que na pré-escola não tem avaliação, ficando contraditória essa posição. Não dá para considerar o RCNEI como base de pesquisa e orientação para a prática, apenas com a finalidade de coletas de dados, já que o mesmo não transmite uma estrutura que condiz com a realidade. Acreditamos, portanto, que ele deveria ser organizado de maneira mais coerente com a prática real.

É preciso repensar as funções da Educação Infantil. Não se deve tirar o direito da criança à infância, mas desenvolver as potencialidades específicas dessa faixa etária, por meio de atividades lúdicas e formativas, que lhe permitam conhecer a realidade em que vivem. Entretanto, nessa fase da vida, o cuidar não pode ser relegado a um segundo plano, por isso a defesa da indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

A educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: *educar e cuidar*. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para *cuidar e educar* estivessem presentes (CRAID; KAERCHER, 2001, p. 16).

Com base nessas análises, pode-se dizer que, nessa primeira etapa da Educação Básica, a criança viverá uma das mais complexas fases do desenvolvimento humano, que atinge seus aspectos intelectual, emocional e social. Para atingir tais objetivos, é necessário organizar e encaminhar atividades diárias que respeitem a criança e seu ritmo de desenvolvimento e crescimento, o que exige um profundo conhecimento dela.

Isso significa que, para além de prover alimentação, saúde e vestuário, a creche e a pré-escola devem oferecer atividades pedagógicas que estimulem a criança a ampliar as suas experiências e conhecimentos, a se interessar pela convivência em sociedade, a contemplar e a transformar a natureza que a rodeia (FARIA, 1997, p, 33).

Para Craidy e Kaercher (2001, p. 21), a instituição de ensino destinada à criança pequena deve incluir “[...] o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas”.

Essas mudanças que ocorreram no atendimento à infância vêm contribuindo para estruturar um campo e um espaço de atuação mais definidos no plano político-institucional. Desse modo, os professores da Educação Infantil precisam ser considerados a partir de um novo estatuto profissional (SILVA, 2003). Segundo os artigos 62 e 63 da LDB, todos os envolvidos nesta etapa da educação básica devem ter uma formação mínima em nível médio, na modalidade normal, o que já foi um avanço em relação à qualificação desse profissional.

Entretanto, muitos são os desafios para que a formação desse profissional e seu reconhecimento sejam assegurados. Os cursos de formação muitas vezes destinam pouco espaço para o conhecimento e estudo dessa faixa etária da criança, o que dificulta uma intervenção consistente. Além disso, os poucos investimentos por parte do Estado, decorrentes de um modelo de gestão neoliberal, dificultam a ampliação das oportunidades de acesso das crianças nessas instituições e a melhoria de sua qualidade educativa.

Para superar os desafios atuais, faz-se necessário planejar ações pedagógicas que contemplem as necessidades das crianças. O espaço deve ser organizado para atender as suas necessidades de sono, alimentação, higiene e do brincar. É preciso planejá-lo com a intenção de promover a autonomia da criança, sua identidade pessoal, favorecendo suas relações sociais e de aprendizagem. A adaptação dos móveis, os cantinhos para leitura, pintura, fantasias, para a exposição de suas atividades, são providências indispensáveis numa instituição infantil.

Os momentos devem ser diversificados para possibilitar experiências que estimulem a criatividade, experimentação, imaginação, que trabalhem o lúdico, bem como aqueles que desenvolvam diversas linguagens e que atendam suas necessidades psicológicas, biológicas, sociais e históricas. Nas atividades como alimentação, higiene e repouso, é importante a intervenção do educador para ir ampliando a autonomia da criança, seu conhecimento físico e social. Para assegurar o alcance desses objetivos, é indispensável organizar um trabalho pedagógico adequado, que norteie as ações institucionais. Tudo o que se refere ao cuidar e ao educar deve ser considerado, não centrando o trabalho na escolarização, mas sim no desenvolvimento e aprendizagem da criança e sua inserção crítica no meio cultural e social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referencial teórico metodológico adotado é o materialismo histórico-dialético, pois compreendemos a criança como um ser histórico, inserida em um determinado contexto social, político e econômico. Acreditamos que a criança adquire conhecimentos por meio de relações que são estabelecidas com outras pessoas em determinado meio social e que a educação a elas destinada sofre influências das necessidades de cada período histórico. A partir desses pressupostos, o presente artigo foi elaborado com base em nossos estudos bibliográficos sobre a educação e a estruturação das instituições destinadas à infância, a fim de compreendermos a finalidade da Educação Infantil na sociedade atual.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Diante do exposto, evidenciamos que, os reflexos do contexto histórico da estruturação da Educação Infantil estão presentes na configuração atual dessa instituição de ensino no cenário brasileiro. Ressaltamos que, a Revolução Industrial ocasionou grandes mudanças nas relações sociais estabelecidas em sociedade. Firmada pela divisão de classes, a classe operária formada seja por homens e mulheres adultos, inclusive crianças, tiveram que se submeterem a um regime de exploração de mão de obra, passando a existir à necessidade de institucionalizar um lugar para o cuidado das crianças pequenas. Surgindo assim, as creches, com caráter assistencialista.

Contudo, algumas instituições não se preocupavam somente com o cuidado, mas também com a educação dessas crianças. Dentre essas instituições destacamos os Jardins de

Infância, uma instituição de cunho pedagógico, que não se tinha somente o objetivo de cuidar, mas de educar. Vale ressaltar que, os Jardins de Infância criados por Froebel, inicialmente eram destinadas as crianças pobres e órfãs, mas sua propagação decorreu principalmente entre a classe alta, em decorrência do custo de manutenção dessa instituição.

No Brasil o surgimento de instituições de Educação Infantil também foi marcado pela concepção assistencialista, no qual temos no meio urbano o surgimento da “roda dos expostos”, com atendimento a bebês e crianças abandonadas. Os primeiros Jardins de Infância surgiram em 1875, sendo instituições privadas, com programas pedagógicos para o desenvolvimento educativo das crianças, sendo que realizava atendimentos a classe alta.

A partir do final do século XX temos uma nova configuração para o ensino destinado as crianças pequenas. Em 1930 o Estado assumiu a responsabilidade no atendimento infantil, mas sem uma preocupação pedagógica. Com a Constituição Federal de 1988 a criança passa a ter direito a educação garantida e assegurada por lei. A partir desse contexto temos a aprovação de legislações mais específicas a Educação Infantil.

De acordo com a legislação, a função da Educação Infantil na sociedade atual possibilitar o desenvolvimento pleno da criança, sendo um instrumento de formação da autonomia e de emancipação humana. O objetivo da educação em geral deve ser o de gerar mudanças, possibilitar o acesso ao conhecimento mais amplo das relações sociais e seus determinantes, constituindo-se em instrumento indispensável a qualquer sociedade.

Contudo, salientamos que o contexto histórico presente na estruturação e desenvolvimento das instituições de Educação Infantil ao longo dos anos se configuram na atualidade. Por ter sido visualizada como um local de cuidado, sem nem cunho pedagógico em sua origem, mesmo diante das modificações na legislação que estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, temos presente o desafio de articulação no cotidiano prático do cuidar com o educar em instituições públicas. Além da falta de acessibilidade de todas as crianças a uma instituição de Educação Infantil. O fato é que a transformação ocorreu em um aspecto geral por um viés legal e teórico, mas precisamos é de uma mudança na concepção cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a Educação Infantil passou por um processo histórico para se constituir atualmente como a primeira etapa da Educação Básica, com princípios e diretrizes

voltados para a educação de forma geral. Devido às relações entre os homens serem históricas e estabelecidas por eles, o interesse pela infância também é histórico e se altera ao longo do tempo. Tais premissas indicam que a infância está longe de chegar a um conceito ideal, pois suas determinações atendem às necessidades de cada momento histórico.

No decorrer da história da Educação Infantil no Brasil, suas instituições tiveram um caráter assistencialista e higienista. Entretanto, leis foram aprovadas, como a Constituição Federal de 1988, o ECA de 1990 e a LDB 9.394/96, em virtude de necessidades históricas e pressões sociais, levando a Educação Infantil a ter um caráter educativo. O problema é que essa função muitas vezes fica restrita ao âmbito legal, pois na realidade sua concretização passa por muitos desafios.

Podemos dizer que a Educação Infantil na sociedade atual é uma preparação para as próximas etapas da educação, pois estamos inseridos em contexto sociocultural que prioriza o conhecimento, a prática, a experiência e a competição, que prega a idéia de que só se destacará ou manterá um padrão de vida estável na sociedade quem se preparar para o mundo do trabalho de forma mais adequada. Omite-se assim o desemprego estrutural característico dessa fase de produção flexível, de base microeletrônica, que cada vez precariza mais o trabalho. Dessa forma, a finalidade da educação infantil na sociedade atual parece ser a de preparar a criança para as demais fases da vida e da educação.

Tal perspectiva deve ser superada. O cuidar e o educar devem ser indissociáveis, para assegurar uma formação sólida, que ultrapasse as limitações da sociedade capitalista, já que esta promove a desigualdade social e a exclusão da maioria dos seres humanos às riquezas culturais e materiais socialmente produzidas. Nessa perspectiva, acreditamos que as instituições de Educação Infantil devem propor uma ação pedagógica que vise não apenas o cuidado com as crianças, mas também uma educação comprometida com o seu desenvolvimento, com a construção de sua identidade e autonomia e, principalmente, comprometida com uma educação emancipadora.

Para superar os desafios presentes para uma Educação Infantil de qualidade, é necessário direcionar recursos financeiros e promover formação adequada aos docentes. As instituições de Educação Infantil devem se organizar com objetivos didático-pedagógicos claros, pois se a criança é considerada um ser social, seu desenvolvimento adequado poderá gerar adultos com o conhecimento da realidade em que vivem, superando o senso comum. É na Educação Infantil que a criança inicia sua formação, por isso deve-se promover seu

interesse pelo conhecimento dos fundamentos das relações sociais e de suas possibilidades de atuação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação infantil**: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel**: o pedagogo dos jardins infância. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planato.gov.br/civil_03/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: constituição e legislação relacionada. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998, v. I.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2006, v. I.

CARNEIRO. Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área da educação infantil com base na análise dos pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Mariana Silveira (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FARIA, Sonimar Carvalho. História e políticas de educação infantil. In: FAZOLO, E. et. al. (Org.). **Educação Infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Educação infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Mariana Silveira (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

MELLO, Débora Teixeira de. A História do cuidado à pequena em Porto Alegre: A Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia (1837-1940). In: ROMAN, Eurido Dias; STEYER, Vivian Edite (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil**: um retrato multifacetado. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

ORDONEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: IBEP, 1999.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Identidade profissional: uma questão para a educação infantil. In: _____. **Profissionais da educação infantil**: formação e construção de identidades. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.